



notíciaLEGAL

Informativo digital da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

TJES acata tese da PGE sobre taxas TUST e TUSD

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) admitiu Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e suspendeu a tramitação dos processos que tratam da cobrança de ICMS sobre as tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica - TUST e TUSD, respectivamente. Ao analisar e acatar a tese da PGE, assinada pelos procuradores Adriano Frisso Rabello e Rodrigo Marques de Abreu Júdice, o TJES suspende a tramitação de cerca de 1.300 processos. Ao final, será proferida decisão uniforme, aplicável a todos os processos sobrestados. "Com isso, evita-se que sejam proferidas decisões contraditórias, uniformizando-se o entendimento no Judiciário Capixaba. Espera-se que de forma favorável ao Estado", afirmou o procurador Adriano Frisso Rabello.

Ação da PFI recupera impostos sonegados

Acatando parcialmente a tese da PGE, o TJES negou mandado de segurança ao Grupo Perim que requeria a anulação de débitos inscritos em dívida ativa no valor aproximado de R\$ 116 milhões. O grupo foi acusado de alterar o software que gerenciava e registrava as vendas, permitindo que operações não fossem registradas para fins de tributação. "A descoberta veio por meio de um trabalho conjunto entre o Nigrade e a Sefaz", explicou o procurador-chefe da PFI, José Alexandre Bellote. Com a decisão do TJES, o débito foi recalculado para R\$ 93,2 milhões. Após aderir ao Refis, o Grupo Perim quitou sua dívida com o Estado, pagando aos cofres públicos a quantia de R\$ 22,6 milhões. Os procuradores vinculados ao processo foram Adriano Frisso Rabelo e Rafael Induzzi Drews.

Seag chama PGE para parceria em projeto ambiental

Recuperar áreas degradadas no Estado, fazendo o plantio de culturas produtivas. Esse é o objetivo do projeto que está sendo estruturado pelo subsecretário para Assuntos Administrativos da Seag, Horácio Augusto Mendes de Souza. De acordo com Horácio, o projeto possui um viés ambiental e econômico. "Queremos que essas áreas degradadas tenham culturas que, além de recuperarem o meio ambiente, possam também gerar trabalho e renda", explicou Horácio, que também é procurador do Estado. O projeto, segundo o subsecretário, nasce na Seag, mas com a participação direta da PGE, que, na primeira reunião de trabalho para tratar do assunto foi representada pelo procurador Emerson Luiz Faé, da Procuradoria de Consultoria Administrativa (PCA).

